

- 1- [ATAS](#)
 - 1.1- [70ª Reunião Ordinária de Debates](#)
 - 1.2- Ata da 1ª Parte da 151ª Reunião Ordinária Deliberativa da Assembléia Legislativa, em 21 de maio de 1996, Destinada ao Prosseguimento do Fórum Técnico Orçamento e Políticas Públicas, com o Tema "Experiências Participativas na Elaboração e Gestão das Políticas Públicas"
 - 1.3- Ata da 1ª Parte da 152ª Reunião Ordinária Deliberativa da Assembléia Legislativa, em 22 de maio de 1996, Destinada ao Encerramento do Fórum Técnico Orçamento e Políticas Públicas, com o Tema "Indicadores de Desempenho na Avaliação dos Programas Governamentais"
 - 1.4- [Reuniões de Comissões](#)
- 2- [MATÉRIA VOTADA](#)
 - 2.1- [Plenário](#)
- 3- [ORDENS DO DIA](#)
 - 3.1- [Plenário](#)
 - 3.2- [Comissões](#)
- 4- [EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO](#)
 - 4.1- [Plenário](#)
 - 4.2- [Comissão](#)
- 5- [TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES](#)
- 6- [MATÉRIA ADMINISTRATIVA](#)

rta.pcx;7,201 p10;5 p10;PCX

ATAS

ATA DA 70ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEBATES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 10 DE JUNHO DE 1996

Presidência da Deputada Maria José Haueisen

SUMÁRIO: ABERTURA - 1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE): 1ª Fase: Atas - Correspondência: Mensagens nºs 120 e 121/96 (encaminham, respectivamente, os Vetos Totais às Proposições de Lei nºs 12.985 e 13.006), do Governador do Estado - **Ofícios - Apresentação de Proposições:** Projeto de Lei nº 849/96 - **Comunicações:** Comunicações das Comissões de Fiscalização Financeira, de Saúde e Ação Social e de Administração Pública e dos Deputados Francisco Ramalho, Luiz Antônio Zanto (3) e Paulo Schettino - **2ª Fase:** Abertura de inscrições - Leitura de comunicações apresentadas - **ENCERRAMENTO - ORDEM DO DIA.**

ABERTURA

- Às 20h15min, comparecem os Deputados:

Wanderley Ávila - Rêmolo Aloise - Maria José Haueisen - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Alberto Pinto Coelho - Almir Cardoso - Antônio Andrade - Bilac Pinto - Carlos Murta - Dílzon Melo - Carlos Pimenta - Dimas Rodrigues - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Irani Barbosa - Jairo Ataíde - Jorge Hannas - José Braga - José Henrique - Marco Régis - Maria Olívia - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Schettino - Péricles Ferreira - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Simão Pedro Toledo - Wilson Trópia.

A Sra. Presidente (Deputada Maria José Haueisen) - A lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura das atas das duas reuniões anteriores.

1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE)

1ª Fase

Atas

- O **Deputado Carlos Pimenta**, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura das atas das

duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

Correspondência

- O Deputado Paulo Schettino, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

"MENSAGEM Nº 120/96*

Belo Horizonte, 5 de junho de 1996.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, no uso de atribuição que me confere o artigo 90, inciso VIII, combinado com o artigo 70, inciso II, da Constituição do Estado, opus veto total à Proposição de Lei nº 12.985, que institui o Dia Estadual do Detetive Profissional.

Para apreciação dessa egrégia Assembléia Legislativa, encaminho-lhe, em anexo, as razões do veto.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência as expressões de meu elevado apreço e distinta consideração.

Eduardo Azeredo, Governador do Estado de Minas Gerais.

Razões do Veto

A egrégia Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais remete à minha sanção a Proposição de Lei nº 12.985, que "institui o Dia Estadual do Detetive Profissional".

Sem desconhecer a importância desses profissionais da investigação na órbita privada, sinto-me no dever de vetar a proposição de lei, por não considerá-la de interesse público.

É que a atividade de informações reservadas ou confidenciais, que é o que fazem os detetives, não se restringe ao Estado de Minas Gerais, tanto que é regulada por lei federal, donde carecer de sentido o criar-se no âmbito estadual dia de homenagem a profissional comum a todo o País.

Além de inadequado, importaria discriminação relativamente a todos os profissionais de outras atividades, igualmente relevantes.

Por outro lado, não se compreende a matéria da proposição em análise no mandamento do artigo 210 da Constituição do Estado, reservado às "datas comemorativas de fatos relevantes para a cultura estadual".

Por esses motivos, nego sanção à Proposição de Lei nº 12.985, que devolvo ao reexame da egrégia Assembléia Legislativa.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 4 de junho de 1996.

Eduardo Azeredo, Governador do Estado de Minas Gerais."

- À Comissão Especial.

* - Publicado de acordo com o texto original.

"MENSAGEM Nº 121/96*

Belo Horizonte, 5 de junho de 1996.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, no uso de atribuição que me confere o artigo 90, inciso VIII, combinado com o artigo 70, inciso II, da Constituição do Estado, opus veto total à Proposição de Lei nº 13.006, que dá nova denominação à Praça de Esportes Minas Gerais, localizada no Município de Curvelo.

Para apreciação dessa egrégia Assembléia Legislativa, encaminho-lhe, em anexo, as razões do veto.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência as expressões de meu elevado apreço e distinta consideração.

Eduardo Azeredo, Governador do Estado de Minas Gerais.

Razões do Veto

Ao examinar a Proposição de Lei nº 13.006, que dá nova denominação à Praça de Esportes Minas Gerais, localizada no Município de Curvelo, vejo-me compelido a negar-lhe a minha adesão.

É que a Praça de Esportes em apreço, com a edição do Decreto nº 9.623, de 28 de janeiro de 1966, passou a denominar-se "Domingos Viana", em justa homenagem que o Governo do Estado, acolhendo o sentimento da população de Curvelo, tributou ao seu filho ilustre, que em vida prestou-lhe assinalados serviços, não só como magistrado, mas ainda como desportista de destaque.

Trata-se de distinção que o tempo não pode desvanecer. Bem ao contrário, é de sua natureza intrínseca a perenidade, sabido que a grandeza de um povo repousa no respeito e gratidão ao legado dos seus antepassados.

Por outro lado, comove-me a lembrança do nome do Deputado Renato Azeredo para tão expressiva honraria. Entretanto, pelas razões enfocadas, cujos fundamentos éticos ele tanto preservou, é que deixo de sancionar a Proposição nº 13.006, devolvendo-a ao reexame da egrégia Assembléia Legislativa.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 4 de junho de 1996.

Eduardo Azeredo, Governador do Estado de Minas Gerais."

- À Comissão Especial.

* - Publicado de acordo com o texto original.

OFÍCIOS

Do Sr. Márcio Aristeu Monteiro de Barros, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, manifestando o interesse daquele órgão em dispor do sistema de informações "Assembléia on Line", especialmente no que se refere à produção legislativa e à legislação mineira.

Do Sr. Judas Tadeu Chaves de Miranda, Gerente Regional da Embratel Minas Gerais, encaminhando exemplar do livro de fotografias "A Embratel 30 Anos".

Do Sr. Salvador Franklin de Miranda, Diretor-Presidente da AFFEMG, encaminhando o documento "Mensagem da Associação dos Funcionários Fiscais do Estado de Minas Gerais - AFFEMG - aos Deputados da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais", elaborado a partir de ciclo de debates promovido para subsidiar a apreciação do Projeto de Lei nº 813/96. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 813/96.)

Apresentação de Proposições

A Sra. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para a 1ª Fase do Pequeno Expediente.

- Nesta oportunidade, é encaminhada à Mesa a seguinte proposição:

PROJETO DE LEI Nº 849/96

Declara de utilidade pública a Associação Atlética Esportiva Canto de Rua, do Município de Governador Valadares.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Atlética Esportiva Canto de Rua - AATLESCAR -, com sede no Município de Governador Valadares.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 4 de junho de 1996.

Bonifácio Mourão

Justificação: A referida Associação é uma sociedade civil sem finalidade lucrativa e presta um serviço inigualável à comunidade de Governador Valadares. São seus objetivos atender a crianças e adolescentes, proporcionando-lhes a oportunidade de praticar variadas modalidades esportivas e respeitando seus direitos fundamentais, garantidos na legislação vigente; promover trabalhos sócio-educativos, de divertimento e lazer, como o atletismo, o futebol, o voleybol, a natação e outros.

A AATLESCAR desenvolve um trabalho ímpar para resgatar o menor de rua e oferecer-lhe a oportunidade de se educar socialmente e de vislumbrar um futuro digno.

A Associação foi criada em 17/6/92 e sua sede situa-se na Rua Um, nº 322, Bairro Santo Antônio, em Governador Valadares. Sua diretoria é composta de pessoas idôneas que não recebem remuneração pelo exercício dos respectivos cargos.

Por reputar como de fundamental importância para a sociedade a criação de instituições que visem o desenvolvimento de serviços tão relevantes é que submeto à apreciação dos meus nobres pares o presente projeto de lei.

Ademais, preenchendo a AATLESCAR todos os requisitos exigidos pela Lei nº 5.830, de 1971, c/c o art. 178, § 5º, incisos I e II, do Regimento Interno, aguardo de meus pares a aprovação da presente proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 195, c/c o art. 104, inciso I, do Regimento Interno.

COMUNICAÇÕES

- São, também, encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Fiscalização Financeira, de Saúde e Ação Social e de Administração Pública e dos Deputados Francisco Ramalho, Luiz Antônio Zanto (3) e Paulo Schettino.

2ª Fase

Abertura de Inscrições

A Sra. Presidente - Não havendo oradores inscritos, a Presidência passa à 2ª Fase do Pequeno Expediente, compreendendo a leitura de comunicações e pronunciamentos de líderes inscritos. Estão abertas as inscrições para o expediente da próxima reunião ordinária.

Leitura de Comunicações Apresentadas

- A seguir, a Presidência dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelo Deputado Francisco Ramalho, Líder do PSDB - indicação da Deputada Elbe Brandão como membro efetivo da Comissão de Agropecuária, em substituição ao Deputado Miguel Barbosa (Ciente. Cópia às Lideranças. Designo. À Gerência-Geral de Apoio às Comissões.); pela Comissão de Fiscalização Financeira - aprovação, na 40ª Reunião Extraordinária, dos Requerimentos nºs 1.385/96, do Deputado José Henrique, e 1.435/96, da Comissão de Educação; pela Comissão de Saúde e Ação Social - aprovação, na 11ª Reunião Extraordinária, dos Projetos de Lei nºs 724/96, do Deputado Álvaro Antônio; 466/95, do Deputado Ibrahim Jacob; 358/95 e 687/96, do Deputado Ivair Nogueira; 713/96, do Deputado João Batista de Oliveira; 703/96, do Deputado Ronaldo Vasconcellos, e 714/96, do Deputado Sebastião Navarro Vieira; e da Comissão de Administração Pública - aprovação, na 36ª Reunião Ordinária, do Projeto de Lei nº 599/95, do Deputado Rêmoló Aloise, e do Requerimento nº 1.386/96, do Deputado

Sebastião Helvécio, e retirada de tramitação, nos termos do art. 244, inciso VIII, do Regimento Interno, da Representação Popular nº 3/96 (Ciente. Publique-se.); e pelos Deputados Luiz Antônio Zanto (3) - falecimento da Sra. Iraci Pereira Barros e dos Srs. Célio Arruda e Eurípedes dos Reis Santos, em Frutal; e Paulo Schettino - falecimento do Sr. José Amaro dos Santos, em Belo Horizonte (Ciente. Oficie-se.).

ENCERRAMENTO

A Sra. Presidente - Não havendo outras comunicações a serem feitas, Líderes inscritos nem oradores para o Grande Expediente, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a especial de amanhã, dia 11, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária deliberativa da mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 1ª PARTE DA 151ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 21 DE MAIO DE 1996, DESTINADA AO PROSSEGUIMENTO DO FÓRUM TÉCNICO ORÇAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS, COM O TEMA "EXPERIÊNCIAS PARTICIPATIVAS NA ELABORAÇÃO E GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS"

Presidência dos Deputados Agostinho Patrús e Rêmoló Aloise

SUMÁRIO: Composição da Mesa - Destinação da 1ª Parte da reunião - Palavras do Sr. Presidente, do Deputado Sebastião Navarro Vieira e dos Srs. Patrus Ananias de Sousa, Alexandre Adolfo Alves Neto e Tarso Genro - Designação da coordenadora dos debates - Esclarecimentos sobre os debates - Palavras do Sr. John N. Lattimer - Debates.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente (Deputado Agostinho Patrús) - Esta Presidência convida a tomarem assento à mesa os expositores desta tarde, os Exmos. Srs. Deputado Sebastião Navarro Vieira, 2º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Patrus Ananias de Sousa, Prefeito Municipal de Belo Horizonte; Tarso Genro, Prefeito Municipal de Porto Alegre; e Alexandre Adolfo Alves Neto, Subsecretário da Fazenda do Estado do Ceará, representando o Dr. Tasso Jereissati, Governador do Estado do Ceará; o debatedor desta tarde, John N. Lattimer, especialista financeiro da Assembléia Legislativa do Oregon e ex-Assessor da Comissão de Orçamento do Kansas, de Ohio e de Illinois, EUA; e a Exma. Sra. Deputada Maria José Haueisen, 2ª-Secretária da Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

Destinação da 1ª Parte da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta parte da reunião à continuação do Fórum Técnico Orçamento e Políticas Públicas, com o tema "Experiências Participativas na Elaboração e Gestão das Políticas Públicas".

Palavras do Sr. Presidente

As exposições e os debates da tarde de hoje colocarão em pauta um componente novo na área das políticas públicas: a participação da sociedade no planejamento e no acompanhamento das ações do Governo.

Ouviremos o relato de quatro experiências pioneiras nesse campo, duas de âmbito estadual, Minas Gerais e Ceará, e duas de âmbito municipal, Belo Horizonte e Porto Alegre.

São projetos que se desenvolvem em condições e circunstâncias diferentes e, portanto, apresentam peculiaridades e resultados distintos. Por se tratar de iniciativas recentes, é natural que possam ainda enfrentar dificuldades para se consolidarem, principalmente porque implicam grande mudança cultural, envolvendo tanto os poderes públicos quanto a população em geral.

Sabemos, contudo, que os frutos dessas experiências constituem forte estímulo para que seja levada à frente a história de cada uma, e a permuta de informações que irão compor este painel certamente contribuirá para o aprimoramento dos processos em curso. Afinal, todos eles buscam o estabelecimento de um princípio básico das sociedades democráticas, o da responsabilidade coletiva na definição de programas de desenvolvimento.

Neste momento, a Presidência concede a palavra ao Deputado Sebastião Navarro Vieira, DD. 2º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, que será o primeiro expositor desta tarde e disporá de até 20 minutos para fazer sua explanação.

Com a palavra, o Deputado Sebastião Navarro Vieira, para fazer sua explanação.

Palavras do Deputado Sebastião Navarro Vieira

Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores expositores, senhoras e senhores, no decorrer da exposição iremos fazer uma projeção de transparências que a ilustrarão melhor.

Minas Gerais vem colocando em prática, nos últimos anos, um projeto que promete modificar substancialmente a elaboração de alguns instrumentos de planejamento, entre eles, o orçamento anual. Trata-se das Audiências Públicas Regionais, instituídas pela Constituição Estadual de 1989.

Em essência, são encontros realizados em cada uma das regiões de planejamento do Estado, com o objetivo de identificar, junto aos poderes públicos locais e aos representantes da sociedade civil, as demandas que as comunidades desejam ver

incluídas nos planos de ação governamental.

As reuniões preliminares, a mobilização em torno de reivindicações comuns, os debates em plenário, a defesa pública das propostas apresentadas, as articulações e as composições de interesses, tudo faz com que as audiências sejam uma fonte viva de informações para a apreensão das realidades regionais, ao mesmo tempo em que constituem estimulante exercício de cidadania.

Entidades de naturezas diversas, como Prefeituras, Câmaras de Vereadores, associações de municípios, partidos políticos, sindicatos, órgãos públicos, escolas, instituições beneficentes e associações comunitárias se envolvem intensamente para mostrar aos representantes dos Poderes estaduais o que consideram essencial para o desenvolvimento socioeconômico e cultural de sua região.

As audiências públicas, no modelo em que se encontram hoje, resultam de um processo contínuo de modificações e aperfeiçoamentos iniciado em 1993. Nesse ano, a Assembléia Legislativa de Minas tomou para si o desafio de dar forma concreta ao que estava definido de maneira sucinta no texto constitucional, assumindo todas as tarefas e os ônus necessários à implementação do projeto.

O formato adotado então para as Audiências foi o de reuniões em cidades-pólo de cada região, abertas à comunidade, com duração de um dia, discussão e apresentação de propostas por qualquer cidadão ou entidade presente.

Toda a preparação dos encontros, a coordenação dos trabalhos, a sistematização e o encaminhamento das demandas estava a cargo da Assembléia Legislativa, com apoio das Prefeituras na divulgação do evento e na cessão de auditórios para sua realização.

Os Deputados presentes atuavam tanto na coordenação da Audiência quanto no papel de colher subsídios, ouvir, dialogar, sentir de perto as necessidades da população. Passavam a ter, nessas ocasiões, a oportunidade de conhecer, de forma mais ampla, as realidades regionais do Estado.

A adesão popular e o grau de envolvimento na justificação das reivindicações já mostravam, nos primeiros encontros, o acerto da iniciativa. Ela vinha atender a uma clara vontade coletiva de fazer valer, nos planos governamentais, os anseios brotados no interior de cada comunidade, de cada região.

Nas reuniões realizadas naquela ocasião, nas macrorregiões do Estado, foram apresentadas mais de 2 mil proposições, levadas pela Assembléia, de forma ainda embrionária, para análise do Poder Executivo e das Comissões temáticas desta Casa, a fim de serem incorporadas ao planejamento do Governo e às ações legislativas.

Contudo, esse objetivo, principalmente no que se refere ao aproveitamento das propostas no orçamento, foi prejudicado pela forma com que elas foram apresentadas, em bloco, sem definição de prioridades. A esse problema somavam-se outros, relacionados tanto ao funcionamento das reuniões quanto ao encaminhamento das demandas.

Mas o primeiro passo estava dado. O interesse despertado entre as comunidades indicava que a experiência deveria prosseguir.

A partir de observações próprias e de sugestões dos participantes, a Assembléia reformulou a sistemática das Audiências em 1994, introduzindo mecanismos que permitissem maior envolvimento da população, priorização das reivindicações e melhor aproveitamento destas pelos poderes públicos estaduais.

O novo modelo dos encontros definia sua realização em dois dias, para oferecer mais tempo ao debate e à seleção das propostas. Estas deveriam agora ser apresentadas e defendidas por representantes de entidades legalmente constituídas, vinculadas aos poderes públicos ou à sociedade civil. Essa fórmula de representação visava a facilitar a discussão prévia das demandas, no âmbito das entidades, e o seu encaminhamento nas Audiências.

Outra novidade foi o estabelecimento de uma relação de propostas prioritárias, que traduzissem as necessidades maiores de cada região e que teriam primazia na análise posterior pelos órgãos públicos. Essas, em número de 15, passaram a ser definidas pelo voto dos participantes inscritos, depois de intenso processo de articulações e de defesa em plenário.

Criou-se também uma lista de proposições dos Prefeitos e das associações microrregionais de municípios, com o objetivo de contemplar localidades que, em decorrência da dificuldade de se fazerem representar, ficavam em desvantagem em comparação com a cidade-sede do encontro.

Constituiu-se ainda a Comissão Regional de Representação, composta de dez membros e eleita pelos participantes para acompanhar os desdobramentos das reivindicações.

As Audiências Públicas de 1994 passaram a contar também com a presença do Poder Executivo Estadual, por meio das Secretarias do Planejamento e Coordenação Geral e de Assuntos Municipais, encarregadas de fazer exposições de cunho didático, no início das reuniões, sobre políticas públicas e realidades regionais.

Resultaram dos encontros daquele ano 8.281 sugestões, das quais 168 foram escolhidas como prioritárias, com vistas a uma atenção maior na elaboração do orçamento do Estado para o exercício seguinte. Fizeram-se presentes 2.345 entidades.

As Audiências de 1995 ganharam novas mudanças, estabelecidas por emenda à Constituição do Estado, para se tornarem mais abrangentes, em termos de envolvimento das comunidades, e adquirirem maior consistência institucional.

Pelo dispositivo, o Tribunal de Contas e os Poderes Executivo e Judiciário também passariam a participar dos encontros realizados pela Assembléia. Foi uma decisão importante para se pensar de forma integrada o planejamento de um Estado vasto e diverso como Minas Gerais.

A outra modificação determinada pela emenda constitucional foi a realização de Audiências Públicas Municipais, preparatórias para as reuniões de âmbito regional. Os resultados desses encontros, promovidos pelos poderes públicos locais, deveriam ser encaminhados à Assembléia Legislativa, para serem sistematizados em documento único e apresentados na Audiência Regional.

Esse encaminhamento, em tempo hábil, valeria como requisito para a participação do município no encontro regional e como inscrição prévia para ele. A inobservância desse procedimento implicaria a perda do direito de participação.

O novo regulamento determinava que cada município escolhesse, em sua audiência, cinco propostas a serem levadas ao encontro regional. E que elegeisse uma comissão para participar dele, composta de representantes dos poderes públicos e da sociedade civil.

Da Audiência Regional saíram priorizadas 10 propostas (e não 15, como no ano anterior, em razão da dificuldade do atendimento a elas) e uma relação à parte contendo uma proposição de cada associação microrregional de municípios. As Comissões Regionais de Representação passaram a ser constituídas de 5 membros, não mais de 10, como no ano anterior.

Um balanço do projeto, depois das Audiências de 1995, revelou significativos avanços e a permanência de alguns desafios.

O Presidente me lembra que a exposição está sendo ilustrada por transparências que estão sendo projetadas.

O primeiro dado positivo foi o elevado índice de adesão dos municípios: nada menos que 589, ou 78% do total do Estado, haviam participado do processo. Ainda na esfera municipal, o levantamento preliminar das necessidades locais, numa espécie de triagem das reivindicações, permitiu que na audiência regional se caminhasse para a apresentação de propostas mais abrangentes, mais condizentes com a política de planejamento do Estado.

Em decorrência da limitação de 5 reivindicações por município, o número global de propostas foi reduzido de 8.281, em 1994, para 3.082, em 1995. Pelo mesmo motivo, houve diminuição das proposições priorizadas, de 168 para 122, o que trouxe a possibilidade de serem analisadas numa perspectiva mais próxima da realidade econômica do Estado.

Em consequência da cooperação dos Poderes na promoção das audiências públicas, ressaltou-se a melhoria das condições para sua realização, assim como os avanços no encaminhamento das propostas priorizadas. Exemplo disso, a parceria entre a Assembléia Legislativa e o Executivo, por meio da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, já deu importantes resultados.

Um deles foi o processo de votação das emendas à proposta orçamentária para este ano. Como fruto de análises e discussões sobre a inclusão de proposições das audiências no orçamento, envolvendo os Deputados, o Executivo e as Comissões Regionais de Representação, foram apresentadas e aprovadas na Assembléia 41 emendas ao projeto, expressando reivindicações resultantes dos encontros as quais não haviam sido nele contempladas.

A grande novidade do episódio não foi somente o número de emendas, mas a forma em que foi decidida sua incorporação. Em primeiro lugar, elas foram definidas depois de amplo entendimento suprapartidário, seguindo-se prioritariamente o critério de se beneficiarem as regiões que haviam sido menos favorecidas na proposta orçamentária original. Em segundo lugar, esse entendimento provocou significativa redução no número global de emendas ao orçamento, traduzindo preocupação de se planejar de modo mais realístico.

A parceria entre o Legislativo e o Executivo resultou também na elaboração e na divulgação de um relatório mostrando a situação, com referência ao orçamento do Estado, de todas as 122 propostas priorizadas nos encontros realizados em 1995 e daquelas encaminhadas pelas Associações Microrregionais de Municípios.

No relatório, as proposições estão apresentadas em três formas: incorporação direta ao orçamento, com indicação de conteúdo, local de execução e destinação de recursos; incorporação indireta ao orçamento, por meio de programas e projetos governamentais em andamento; e não-incorporação ao orçamento, por motivo de incompatibilidade, decorrente, por exemplo, de sua natureza não orçamentária, podendo ser objeto de outro tipo de ação legislativa.

Pensando em formas de incrementar as atividades vinculadas aos desdobramentos das audiências públicas, a Assembléia programou novas reuniões com as Comissões Regionais

de Representação, colocando em pauta a estratégia de acompanhamento das proposições incluídas no orçamento de 1996 e das que poderão ser incorporadas à proposta orçamentária para 1997.

Com o Executivo, por meio da Secretaria de Planejamento, a Assembléia está articulando um intercâmbio entre os dois Poderes para acompanhamento, pelo Legislativo, de todos os desdobramentos referentes às propostas tiradas dos encontros regionais de 1995.

Novas mudanças, certamente, marcarão as próximas Audiências Públicas Regionais. A primeira delas já está definida: a realização dos encontros de dois em dois anos, e não mais a cada exercício, como vinha ocorrendo. Esse intervalo maior tornou-se necessário diante do grande número de reivindicações em análise e da dificuldade de viabilizá-las em curto espaço de tempo.

As outras sairão das ponderações de todas as partes envolvidas, destacando-se entre essas os Deputados, os órgãos do Executivo e os participantes dos encontros. Não temos dúvidas de que também deste fórum - pelas personalidades e instituições presentes e pelas experiências aqui relatadas - extrairemos valiosas contribuições para o projeto.

Será usado ainda como suporte para as modificações em estudo o relatório da pesquisa feita pela Assembléia por meio de questionário, no decorrer dos encontros de 1995, visando a colher subsídios para o seu aprimoramento.

A propósito, um dado desse relatório é estimulante para um amplo comprometimento dos poderes públicos com a experiência: 69% dos entrevistados confiam em que as audiências podem contribuir para a solução dos problemas regionais.

Uma outra pesquisa, da Vox Populi, realizada este ano em todo o Estado, também aponta resposta positiva da população a respeito do projeto. Constatou-se o reconhecimento de que ele contribui substancialmente para aumentar o nível de organização da sociedade, a consciência sobre o interesse coletivo, a apresentação de reivindicações ao Governo e a implementação de ações correspondentes.

Oitenta e dois por cento dos entrevistados aprovaram a realização das audiências, somando-se as opiniões incluídas nos conceitos "ótimo", "bom" e "regular positivo". As razões mais citadas nesse item foram as de que os encontros representam "uma oportunidade para a comunidade mostrar suas necessidades" e "uma forma democrática de discutir o orçamento do Estado".

O projeto, sabemos, está em construção e enfrenta dificuldades, principalmente quanto à execução das propostas, etapa mais pertinente ao Poder Executivo, no qual está centrada a competência para a execução orçamentária.

Contudo, os frutos colhidos até agora já seriam suficientes para justificá-lo. Além dos resultados que mencionamos, poderíamos citar vários outros. Entre eles, a ampliação dos canais de comunicação entre as comunidades e os poderes instituídos na identificação de demandas e pleitos regionais e a crescente mobilização da sociedade em torno de seus interesses.

Outro efeito benéfico das audiências, principalmente após a versão do ano passado, é que vários municípios passaram a utilizar os resultados dos encontros locais em sua própria administração, absorvendo as proposições que poderiam ser atendidas no âmbito das Prefeituras.

Ressalte-se ainda, como conseqüência do projeto, o esforço da Assembléia Legislativa para buscar novos instrumentos de acompanhamento das políticas públicas, tarefa extremamente necessária mas ainda incipiente no País, em qualquer esfera administrativa.

Gostaria de encerrar esta exposição sintetizando o significado das Audiências Públicas Regionais. Estamos diante de uma nova concepção de planejamento - e, conseqüentemente, de desenvolvimento -, fundada na responsabilidade coletiva, na parceria com a sociedade e no efetivo exercício da cidadania. Como convém, aliás, a um Estado e a um País que durante tantos anos lutaram pelo restabelecimento dos princípios democráticos.

Palavras do Sr. Patrus Ananias de Sousa

Deputado Agostinho Patrús, Presidente desta Casa, colegas expositores, Deputado Sebastião Navarro Vieira, Prefeito Tarso Genro, amigo de Porto Alegre, Deputada Maria José Hauelsen, Srs. Deputados, demais integrantes da Mesa, debatedores, demais participantes deste seminário, em primeiro lugar, quero cumprimentar a Assembléia Legislativa de Minas Gerais pela realização deste evento que discute orçamento e políticas públicas. Coincidentemente, sem que houvesse nenhuma combinação entre a Prefeitura e a Assembléia, marcamos para a cidade dois eventos com motivações semelhantes. Temos esse seminário sobre políticas públicas e o Fórum da Cidade, que estará sendo aberto amanhã e irá até o dia 24.

Quando disputamos a Prefeitura, acertamos com a população de Belo Horizonte três compromissos básicos e estratégicos. O primeiro foi o compromisso ético, a desprivatização do poder público, colocando os recursos e os equipamentos públicos a serviço da comunidade. Indo além da corrupção primária, o assalto direto aos cofres

públicos, entendemos também que há grande desperdício de dinheiro público no Brasil, o que foi chamado de painel do desperdício. Refiro-me a obras faraônicas, desnecessárias. Acertamos também que haveria priorização na aplicação dos recursos públicos. Isso nos levou aos dois outros compromissos estratégicos: a participação popular, a democratização do poder político, o exercício efetivo dos direitos da cidadania e a inversão de prioridades, como terceiro ponto numa escala seqüencial interligada. Inversão de prioridades significa um governo que considere a cidade inteira, até porque uma concepção democrática de cidade exige planejamento global e estratégico, mas priorizando as regiões e os setores sociais historicamente menos contemplados, excluídos e marginalizados. Nessa linha, buscamos várias formas de participação da sociedade. Estamos desenvolvendo vários programas de parceria, desde os catadores de papel, trabalhadores historicamente excluídos, que hoje são nossos parceiros na coleta seletiva do lixo, passando pelas creches comunitárias até as empresas que queiram colaborar para o bem comum sem nenhuma contrapartida que não seja o interesse público. Muitas são hoje nossas parceiras na implantação, preservação e recuperação de espaços públicos, tais como parques, praças, teatros e museus, e, na área social, de postos de saúde, creches, entre outros.

Implantamos uma série de conselhos populares, setoriais (...) abastecimento e segurança elementar, habitação, idosos, mulheres, negros, portadores de deficiência e outros mais, que constituem como que a primeira etapa dos orçamentos participativos setoriais.

Mas a marca registrada de nosso Governo, no que se refere à experiência da participação na elaboração da gestão das políticas públicas, tem sido o Orçamento Participativo. Aliás, essa tem sido a marca dos governos do PT e das frentes democráticas populares.

Buscamos referendar nossa experiência em Porto Alegre, onde as decisões têm caráter deliberativo, uma vez que, quando assumimos a Prefeitura de Belo Horizonte, Porto Alegre já estava entrando no seu quinto ano de Orçamento Participativo.

O Orçamento Participativo tem dois aspectos fundamentais. Um eu chamaria de ético-democrático, de exercício da cidadania. Trata-se de um esforço conseqüente no sentido de que as pessoas deixem de ser expectadoras para se tornarem agentes, sujeitos políticos. Trata-se de um processo de conscientização política em que as pessoas, a partir de seu quarteirão, de sua rua, comecem a discutir o seu bairro, a sua região, a sua cidade e a integrar os problemas das suas cidades com as questões maiores do Estado, do País, e até mesmo do mundo.

O outro aspecto ligado a essa dimensão ético-democrática de participação, de cidadania e de facilitação do crescimento das pessoas em todos os níveis é uma questão pragmática. Trata-se de evitar o desperdício dos recursos públicos, por uma questão de moralidade pública, por uma questão de ética, de decência, de compostura, mas também por uma questão de potencializar os recursos públicos, que são escassos em face de carências enormes, principalmente num País brutalizado como o nosso, que acumulou e continua acumulando, aos nossos olhos e interpelando a nossa consciência, uma dívida social que o coloca entre os países mais injustos do mundo.

Se os recursos são escassos e se as necessidades são praticamente ilimitadas, precisamos estabelecer prioridades. E, para estabelecer prioridades corretas, é preciso que as pessoas que conhecem seus problemas, que usam os serviços públicos, que moram nos mais variados pontos da cidade sejam participantes efetivos, sejam interlocutores desse processo.

Historicamente, sabemos que, por infelicidade, criou-se no Brasil uma subcultura, até mesmo uma anticultura das obras públicas. Em geral, as obras públicas no Brasil, com raras e honrosas exceções, eram feitas para atender a fins eleitoreiros, a interesses clientelísticos, às empreiteiras, para pagar dívidas de campanha, para fazer caixinha para a próxima eleição, para atender ao ego, à vaidade dos governantes com as chamadas obras faraônicas, muitas vezes desnecessárias.

A experiência do Orçamento Participativo, tal como estamos consolidando em Belo Horizonte na linha de outras experiências, como já disse, é uma revolução política. Muito mais que obras - importantes, sim, pois atendem às necessidades concretas da população -, o Orçamento Participativo significa uma mudança profunda na maneira de se gerir, de se administrar a coisa pública. As prioridades, as obras, as intervenções, as políticas públicas, as políticas sociais passam a ser definidas segundo critérios de prioridade da maioria, da coletividade, e não segundo os interesses menores de Atenção gabinetes fechados que, muitas vezes, prevaleceram e, infelizmente, continuam prevalecendo.

A experiência em Belo Horizonte, como eu disse, aponta a perspectiva de assembleias deliberativas. A cidade está dividida em nove regiões administrativas, e o Orçamento se dá através dessas regiões. As pessoas decidem sobre a aplicação dos recursos nessas regiões.

Estabelecemos, basicamente, a seguinte dinâmica: uma rodada são as plenárias populares. Há, na cidade, uma grande plenária geral de abertura do Orçamento, de

prestação de contas dos anos anteriores e de apresentação e debate sobre o processo de funcionamento do OP naquele ano. Essas plenárias, depois, se reproduzem no nível das regionais.

Em seguida, as nove administrações regionais são divididas em sub-regiões, onde se dá a segunda rodada. A participação é aberta: todos os cidadãos e cidadãs são convidados a participar. Há uma apresentação de debates sobre a situação econômico-financeira da Prefeitura. Ela estabelece, segundo a densidade demográfica e segundo as carências historicamente acumuladas naquela região, a divisão dos recursos para as obras regionais.

Depois, há uma distribuição do formulário de indicação das obras, seguida de debate. Posteriormente, temos reuniões por bairros ou por agrupamento de bairros, em que a população levanta as prioridades das suas demandas.

Na terceira rodada, também por sub-região, a participação continua sendo aberta ao público. É feita uma seleção de prioridades por sub-regiões, e são eleitos os delegados dos fóruns regionais.

A partir dessa eleição, temos um outro momento, que são as caravanas de prioridades, ou seja, os delegados eleitos na terceira rodada visitam as obras selecionadas em todas as sub-regiões. No momento seguinte, são realizados fóruns regionais de prioridade orçamentária, por regional. As propostas das sub-regiões voltam à regional, e participam os delegados eleitos na terceira rodada. Há um debate para aprovação do plano de obras em cada regional. Nesse fórum é eleita a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Orçamento, a que denominamos COMFORÇA. Por último, há o fórum municipal de prioridades orçamentárias. Após serem levantadas todas as prioridades regionais, faz-se o fórum municipal para a definição das prioridades orçamentárias com a participação das COMFORÇAS, do Orçamento Participativo das Regionais.

Temos, hoje, um capítulo à parte, que é o Orçamento Participativo de Habitação, onde há a participação do Governo municipal - Prefeitos, Secretários, etc. - e dos representantes da sociedade civil, quando, então, são fixadas as prioridades municipais. São também compatibilizadas as demandas do Orçamento Participativo com as obras gerais da cidade, e é feito um debate sobre as suas obras globais.

Isso em linhas muito gerais. Há também os critérios para a escolha dos delegados, mas são muitos os detalhes, razão porque prefiro me colocar à disposição para, pessoalmente, esclarecer sobre essa parte e o procedimento que se adota para tal escolha. O dado fundamental é que o orçamento é aberto a todos os cidadãos, em conformidade com um processo previamente definido, e tem caráter decisório. É claro que o poder público entra como interlocutor, fornecendo dados, discutindo os limites das obras, os projetos técnicos, debatendo as eventuais dificuldades e ajudando a estabelecer o escopo das obras, custos, etc., em função dos recursos disponíveis.

Com essa mesma característica, iniciamos, no ano passado, o Orçamento Participativo da Habitação. Temos alguns desafios pela frente. Alguns deles o Tarso mencionará, porque Porto Alegre avançou nesse aspecto. Não temos, em Belo Horizonte, já plenamente acertado, um fórum da cidade para definir o que chamamos de obras estruturantes, ou seja, aquelas obras e intervenções políticas que têm efeito geral e estratégico na cidade.

Temos um desafio com relação ao Orçamento Participativo Setorial. Por exemplo, cultura, educação, saúde, meio ambiente, transporte coletivo e outros. Penso que, para duas áreas, já temos um bom desenho: educação e saúde. A educação tem 30% dos recursos previstos na lei orgânica. Então, já existe um recurso específico, que pode ser objeto de debate sobre as prioridades da educação. Quanto à saúde, como avançamos muito no processo de municipalização da semi-plena, temos os recursos do Fundo Municipal de Saúde. Já temos também, bem desenhados, alguns fóruns da área de saúde, a saber, o do conselho municipal, dos conselhos distritais, das regionais, a Conferência Municipal de Saúde, etc.

Por último, encerrando a minha exposição, gostaria de vincular a experiência do Orçamento Participativo - a que demos início no primeiro ano de Governo, em 1993 - com o evento que será realizado a partir de amanhã, que é o Fórum da Cidade. O Orçamento Participativo, embora seja importante, não pode ser visto apenas como um espaço para que se definam as intervenções e as obras do poder público, porque ele vai além disso. Ele tem de ter um caráter de continuidade e de permanência. É um processo, e tanto mais eficaz será o Orçamento Participativo quanto maior for a participação da cidadania, em todos os aspectos.

O que estamos pretendendo com o Fórum da Cidade - a Belo Horizonte que Queremos é estimular a cidadania e as pessoas para que debatam as prioridades da cidade a curto, médio e longo prazos. Uma cidade que quer se acertar consigo mesma, que quer ser um espaço democrático, de justiça social, de partilha dos bens, dos serviços e dos equipamentos precisa refletir sobre seu futuro. É preciso que a própria cidadania vá determinando prioridades sociais, prioridades no campo do desenvolvimento econômico com investimentos, aumentos de impostos, tributos para serem aplicados na área

social, geração de emprego e renda, prioridades no campo sociocultural e no campo urbanístico, com uma concepção democrática de cidade, e também na busca de financiamentos.

Uma cidade como Belo Horizonte não pode trabalhar apenas com sua receita, que é muito pequena. Temos de estabelecer prioridades para também cobrar uma presença mais efetiva da cidade no orçamento estadual, no qual ela não se tem feito presente, no orçamento federal e em financiamentos internacionais. Belo Horizonte não pode ficar à mercê de candidatos e partidos - por mais importantes que sejam - que a cada quatro anos apresentam suas propostas para a cidade.

As cidades que têm viabilizado o chamado planejamento estratégico, que é, hoje, a opção para Belo Horizonte, seguindo o exemplo de Barcelona, revelam a tendência de que a cidade, por meio de fóruns democráticos e participativos, eleja as suas prioridades e as debatem com os eventuais candidatos, com os partidos e com as forças políticas que ali estejam disputando a hegemonia. É com esse espírito que estamos realizando o Fórum da Cidade, que não se confunde com o Orçamento Participativo, que tem a sua dinâmica própria. O Fórum da Cidade é um desdobramento do Orçamento Participativo, abrindo possibilidades para que este se enriqueça, inclusive iniciando o processo de discussão de obras estruturantes e de obras de médio prazo. A cidade vai definir, por exemplo, uma obra que irá demorar cinco ou seis anos, passando de um Governo para outro. A obra fica definida como uma opção da cidade, e a população organizada se mobiliza para que essa prioridade seja cumprida. Vamos aproveitar o Fórum da Cidade para extrair subsídios para a Lei de Diretrizes Orçamentárias e para o Plano Plurianual, que são também referências fundamentais para se ter um orçamento digno e democrático que contemple, efetivamente, as necessidades da cidade, escapando da ação política que fez escola no Brasil, muitas vezes chegando às raias da corrupção. Suas características sempre foram o imediatismo e o subjetivismo, que dificilmente atenderiam às demandas mais profundas da cidade.

Sr. Presidente, fico por aqui, para não comprometer o tempo destinado à minha apresentação.

Haverá um debate depois, não é?

O Sr. Presidente - O senhor, como sobrinho do Presidente, tem algumas prerrogativas. Gostaria de dizer que o seu tempo está esgotado, mas, se precisar de mais alguns minutos... Naturalmente, durante o debate, teremos a fase mais rica da nossa reunião.

O Sr. Patrus Ananias de Sousa - Penso que o essencial a que me propus fazer foi cumprido dentro desse tempo. É grande o meu interesse em ouvir o meu fraterno amigo.

Palavras do Sr. Alexandre Adolfo Alves Neto

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Agostinho Patrús; Exmo. Sr. Prefeito de Belo Horizonte, Patrus Ananias; Exmo. Sr. Prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro; demais componentes da Mesa; Srs. Deputados, senhoras e senhores, minhas saudações.

Para adentrar no tema propriamente dito, queria fazer um pequeno histórico da situação econômico-financeira do Estado a partir de 1987, a partir do primeiro Governo Tasso Jereissati. Quando ele assumiu em 1987, existia o que podemos chamar de um caos nas finanças públicas do Estado do Ceará. Estávamos com a folha de pagamento atrasada em três meses. O comprometimento da receita própria em relação à folha de pagamento era de 120%. Havia um déficit na faixa de R\$200.000.000,00. O órgão para o qual eu trabalho, a Secretaria da Fazenda, dispunha apenas de dois microcomputadores XT. Era uma falta total de controle das finanças do Estado. Então, o primeiro Governo Tasso, de 1987 a 1991, foi - como se diz - para arrumar a casa. Foram posicionamentos fortes em relação às finanças estaduais, foi um Governo em que a posição política foi muito acentuada devido a cortes de privilégios, etc. Então, ele teve esse rompimento, e houve, no final do seu Governo, praticamente um equilíbrio das finanças. O Governo passou para o seu sucessor, Governador Ciro Gomes, que deu a continuidade administrativa, deu um aprimoramento ainda mais acentuado à máquina estatal, e conseguimos os resultados que já eram esperados. Houve uma melhoria do atendimento no serviço público. Ele não é o desejado, mas é o de que dispomos a partir dos escassos recursos do Estado. Tivemos, nesse período, a receita do ICMS, o tributo de maior peso no Estado, dobrando, de R\$50.000.000,00, para R\$100.000.000,00. O nosso órgão, a Secretaria da Fazenda, foi o grande carro-chefe. A prioridade foi total na informatização do órgão, para, cada vez mais, carrear e controlar os recursos do Estado, haja vista que somos um Estado pobre. Detemos apenas algo em torno de 2% do PIB nacional. O Estado do Ceará é bastante pobre, tem muitas dificuldades, mas, nessa linha de administrar os recursos com participação e seriedade, estamos superando essas dificuldades.

Então, dando esse pequeno histórico, tivemos, a partir de 1995, um novo Governo Tasso Jereissati. Tivemos algo diferente do que foi encontrado há nove anos atrás. O Governador orientou a sua equipe a fazer, primeiramente, um plano de desenvolvimento sustentável, que vai vigorar de 1995 a 1998. Nesse plano, ele traçou uns princípios básicos fundamentais que devem ser seguidos por toda a sua equipe de Governo. O

primeiro deles é o princípio da sustentabilidade, ou seja, orientação para obtenção de resultados permanentes no processo de desenvolvimento: criação de emprego e renda, assegurando a política capaz de garantir a continuidade política; impactos no meio ambiente; problemas sociais; menor abandonado; área de turismo. Enfim, ele quer que esse princípio da sustentabilidade não seja rompido no futuro. É termos algo sustentável, que vai permanentemente constar nas políticas de Governo. A isso também se acopla outro princípio, que é a visão de longo prazo. Nós não estamos fazendo mais imediatismos, estamos sempre pensando no futuro. Se vamos fazer uma obra, se vamos fazer um hospital ou uma escola, se vamos fazer algo que signifique um bem para a comunidade, estamos sempre tendo uma visão de longo prazo e não de imediato.

A participação e a parceria: o Estado do Ceará iniciou não através de iniciativa do poder público e sim através das próprias entidades da sociedade. Temos uma espécie de conselho de participação. Há um exemplo muito bom da iniciativa privada, o que chamamos de pacto de cooperação, que inclui vários segmentos da sociedade, não havendo a participação e a ingerência do poder público. Eles discutem vários temas e encaminham para o poder público. Esse pacto de cooperação é uma iniciativa que vem dando resultado e que nos orientou para o que iremos ter em frente, que é a criação dos Conselhos Regionais do Desenvolvimento Sustentável. Então, é incentivada pelo Governo a participação e a parceria não só com a iniciativa privada e com a sociedade, mas também com os demais entes públicos, tais como os municípios, o Governo Federal, o Poder Judiciário e o Poder Legislativo. O Governador incentiva a parceria para que as políticas governamentais dêem os resultados esperados.

A descentralização é outro princípio básico desse plano do desenvolvimento sustentável. Ou seja, tirar o máximo possível do centralismo em órgãos públicos e descentralizar mais para as demais regiões do Estado.

O último princípio é o da qualidade, no qual tem que se ter a visão do cidadão como um cliente. Ou seja, qualidade no atendimento e aperfeiçoamento contínuo da máquina governamental e pública. O cidadão é que deve ser o objetivo maior da política pública.

Dito isso sobre o plano de desenvolvimento sustentável, criamos, sob o comando da Secretaria de Planejamento, algo simples que estamos colocando em prática. Começamos em 1995 e, ainda, não estamos concluindo. Estamos num processo lento, onde temos muitas dificuldades, pois é um rompimento cultural, principalmente no Nordeste, de como participar das políticas públicas. Temos algo muito simples: dividimos em três grandes objetivos. Existem o Conselho de Desenvolvimento Sustentável, o Conselho da Família e da Cidadania e o Conselho de Cultura. Cada conselho desses possui 25 membros, indicados pela sociedade e nomeados pelo Governador.

Daí termos membros da igreja, a sociedade em geral e empresários nesses três grandes conselhos. O que torna objetivos esses conselhos é o Conselho Regional de Desenvolvimento Sustentável. Nós o dividimos em 20 regiões no Estado. O Estado do Ceará possui 184 municípios, que dividimos em 20 regiões. Para estabelecer essas regiões, tivemos dificuldades, porque existem cidades que têm rivalidades umas com as outras, pretendendo cada uma ser a sede. Então, é um rompimento muito forte de cultura. Mas fizemos essa divisão em 20 regiões com 20 conselhos.

Fazendo parte do conselho maior, existe o conselho municipal em cada um dos 184 municípios. Por enquanto, só instalamos em 70 municípios. Ele é composto por uma pessoa indicada pelo poder municipal - geralmente o Prefeito, pelos Deputados estaduais mais votados no município; por um participante indicado pelo Poder Executivo Estadual e por um membro indicado pela sociedade. Dessas discussões do Conselho Municipal, levam-se as decisões ao Conselho Regional de Desenvolvimento Sustentável. Temos, assim, a influência da participação no Plano Plurianual e na feitura de emendas orçamentárias e do próprio orçamento, quando o SEPLAN está em fase de elaboração. Como os senhores vêem, trata-se de algo simples, que tenta, também, seguir o exemplo pioneiro da Prefeitura de Porto Alegre - hoje seguido pela Prefeitura de Belo Horizonte - que é a participação da sociedade na alocação de recursos.

Nos conselhos existe também um outro meio de participação para a feitura e a execução do Plano Plurianual: os chamados "grupos de trabalho integrados". São constituídos pelos titulares das diversas secretarias em áreas específicas, visando ao alto nível de investimento, à forte cooperação externa e a ações administrativas integradas e uniformes. A filosofia do Governador Tasso é que não existem ações isoladas de secretaria, e sim ações de governo. Esses grupos influenciam não só a elaboração do Plano Plurianual, como sua execução. Quando há uma grande obra, um grande investimento, que pode produzir impacto ambiental e social e problemas de segurança pública, esses grupos vão até as comunidades, que dão sugestões a respeito da obra. Estamos agora com dois grandes investimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, no Estado do Ceará: o complexo portuário do PECEM, em que se instalarão uma siderúrgica e um porto, com investimentos de US\$160.000.000,00, e o METROFOR, que é o Metrô de Superfície da Capital, com empréstimo de US\$220.000.000,00

do governo japonês. A implantação dessa grande obra tem a participação desses grupos e da comunidade, ou seja, esses grupos vão até a comunidade para verem o impacto da obra sobre ela.

Em linhas gerais, é isso. Queria, Sr. Presidente, encerrar por aqui, dizendo que o nosso modelo é bastante simples e que há sempre a vontade política de promover a participação da sociedade na gestão do modelo público, do Orçamento, do Plano Plurianual. Essa é uma orientação do Governador a toda sua equipe de trabalho, a fim de que haja uma participação efetiva da sociedade. Muito obrigado pela oportunidade.

Palavras do Sr. Tarso Genro

Sr. Presidente, Deputado Agostinho Patrús, Exmo. Sr. Vice-Presidente, Deputado Sebastião Navarro Vieira; Deputada Maria José Haueisen; meu companheiro e amigo, Patrus Ananias; Dr. Alexandre Adolfo Alves Neto, Dr. John N. Lattimer, Srs. Deputados, senhoras e senhores, cidadãos e cidadãs de Belo Horizonte, gostaria de agradecer, em primeiro lugar, o convite a mim formulado pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais e dizer que estou muito orgulhoso de participar de um painel desta qualidade, com estas preocupações e estes painelistas.

Nossa experiência, em Porto Alegre, parte de um pressuposto bastante radical: existe uma crise de eficácia e de representatividade do Estado moderno que se desenvolveu nesses últimos 30 anos. Partindo do pressuposto de que essa crise de eficácia vem sendo acobertada, política e ideologicamente, pelo ideário neoliberal, que traduz a cultura do individualismo - não da individualidade rica -, que traduz a visão de redução do Estado para dar livre curso num mercado socialmente desregulado, que traduz a visão de que é uma necessidade da terceira revolução científica e tecnológica acentuar, por sacrifício, a exclusão e a segregação social; então, partimos do pressuposto de que a cidadania que emergiu da ilustração e do iluminismo e o Estado moderno representativo são absolutamente irrenunciáveis e incontornáveis. Mas são hoje também absolutamente insuficientes para dar conta do processo de esfacelamento da sociedade moderna, do surgimento de uma constelação de interesses que não estavam presentes na sociedade de classes tradicional. Sobretudo, são insuficientes para dar conta de uma polaridade de sujeitos sociais, que emergem da fragmentação neoliberal, da fragmentação pós-moderna e, sobretudo, do processo de exclusão que aumenta sem cessar, não só em países como o nosso, mas também em países altamente desenvolvidos como Estados Unidos, França e Inglaterra. Só para dar uma idéia, nos últimos 15 anos, a população mais pobre dos Estados Unidos perdeu 17% da sua capacidade aquisitiva, e as classes mais ricas da sociedade americana aumentaram em 18% o seu poder aquisitivo.

Esse processo que ocorre, determinado pela globalização da economia, já se realizou, e tanto pode ser um bem para a humanidade como pode nos levar à barbárie, depende do que faremos desse processo determinado pela emergência das novas tecnologias, da destruição crescente do mundo do trabalho tradicional e da desestruturação de uma sociedade de classes mais ou menos estabilizada até a década de 70.

Esse processo pôs a nu a insuficiência da representação política e a crise de legitimidade, a crise de legitimação desse Estado.

Enquanto ouvia a exposição do Deputado Navarro, pensava precisamente na crescente busca de legitimidade que esta Casa faz, no momento em que vai em direção à sua base social para construir a sua peça orçamentária. Nesse sentido, a experiência de Porto Alegre, que hoje é uma experiência formatada, começou de uma maneira completamente diversa, e não cabe nesses 20 minutos fazer um histórico dela. Basta dizer que tínhamos, no início do nosso Governo, uma visão romântica de transferência total de poder para os conselhos populares e a fomos aperfeiçoando ao longo do nosso primeiro Governo.

Fui integrante desse Governo como Vice-Prefeito e Secretário de Governo. Portanto, também participei daquela importante e dura experiência. Hoje, estruturamos uma visão que poderia ser sintetizada na seguinte forma: "a relegitimação de maneira continuada e permanente da democracia representativa e a afirmação da democracia direta de participação voluntária." Qual é o conceito que se realiza a partir dessa visão? Qual o conceito que se estrutura a partir disso? E essa questão parece-me fundamental, porque esse movimento de participação popular e de gestão dessa fração do Estado pode ter analogias com outros processos, ou seja, esse processo é espécie do gênero participação popular. Quero demarcar exatamente qual é a natureza dessa espécie, qual é o seu significado, para que vocês possam avaliar se há ou não algum tipo de contribuição universal a ser tirada da nossa experiência.

Primeiramente, essa mudança contínua da sociedade global, que se processa por meio do surgimento das novas tecnologias, da revolução dos meios de comunicação, do surgimento dos novos materiais e de uma nova forma de produzir, dentro de um mesmo processo produtivo, gerou uma constelação de sujeitos sociais, completamente diversos daqueles sujeitos sociais tradicionais. Inclusive, vem gerando um outro tipo de indivíduo, que é diferente do cidadão que emerge do Iluminismo e da Ilustração.

Também sobre isso caberia um debate de muitas horas, mas, apenas para exemplificar,

é possível dizer, hoje, que o indivíduo da pós-modernidade pode ser tanto um autista social em nível absoluto, ou seja, ele pode ser um trabalhador "telecomputer" e realizar todas as suas tarefas sem a mediação da relação humana, e sobreviver sem ela, e, de outra parte, esse mesmo indivíduo pode ser universal em termos absolutos e usar toda essa parafernália, toda essa estrutura, os meios e os instrumentos que surgem com a terceira revolução tecnológica, para estabelecer as relações mais profundas, mais universais e mais humanas por meio desses instrumentos que surgiram nos últimos 30 anos.

De outra parte, na base da pirâmide social, temos um imenso território habitado por seres excluídos do ponto de vista social e que somente são objeto desse processo por meio da manipulação dos meios de comunicação, da manipulação da informação e das necessidades que advêm de um determinado tipo de consumo predatório. Há uma sociedade de massas disponível, em última instância, para controlar, criar hábitos artificiais, ou o inverso: criar uma nova cultura, novas relações sociais e novas relações humanas. Isso depende de quem controla esse processo, de como esse processo se realiza e de quem o tutela.

Essa crise de representação do Estado moderno, que faz com que os governantes sejam de um dia para outro deslegitimados pelos seus próprios eleitores, em consequência da crise de eficácia do Estado e por outros motivos que todos nós conhecemos, determina que surja uma nova esfera pública, que é composta por uma constelação de instituições privadas e instituições semipúblicas ou semiprivadas, como quiserem, que vão desde as ONGs, no seu grau de maior complexidade, até as associações de rua, no seu grau mais universal de caráter popular, até as instituições que lutam por determinados direitos e contra determinadas doenças que acometem pequenas frações da humanidade, compondo, hoje, em torno da estrutura estatal, um setor de caráter público, que não é controlado pelo Estado. É um lugar novo. Hoje, nos Estados Unidos da América do Norte, há em torno de 1.300.000 entidades dessa natureza, que já controlam 7% do PIB americano. Alguns sociólogos americanos, na sua tradição sociológica empirista, clássica, chamam-no de um terceiro setor.

Essa é uma esfera em que o cidadão, enquanto indivíduo, penetra e se torna público, e em que o Estado está presente e não se estatiza. Um exemplo rudimentar desse processo são as comissões locais interadicionais de saúde, que decorrem de uma complexidade de relações, em que se forma uma esfera pública não estatal, em que os indivíduos, na sua privacidade, na sua cidadania, em detrimento do poder estatal, tornam seus desejos e suas relações públicos, e em que o Estado comparece, ou pode comparecer, de forma subordinada.

Nesse sentido, achamos que surge um novo tipo de esfera pública, que é o lugar fundamental para proporcionar um outro tipo de reforma do Estado, ou seja, uma reforma do Estado que não seja simplesmente uma modificação na sua burocracia, ou apenas uma modernização técnica, que é necessária, e que pode desconstituir as barreiras burocráticas que separam o cidadão comum do Estado; ou seja, é possível, a partir dessa esfera, que constitui uma zona "grise" entre o Estado e a sociedade, que essas barreiras sejam dissolvidas. Esse indivíduo comparece, portanto, com poderes e com direitos, e o Estado, por contrato político, comparece sem a sua potestade, sem o seu autoritarismo, sem a sua capacidade de decidir, abdicando de sua capacidade de decidir com exclusividade. Portanto, é uma redução do poder do Estado e um aumento do poder da sociedade civil organizada.

Em que grau é possível que isso se realize? Em diversos graus. Tudo pode se realizar na sua radicalidade, quando o Estado, ou essa fração do Estado, que se chama Prefeitura, Governo do Estado ou Governo Federal, nas suas esferas de representação geral da sociedade, evidentemente comparece e diz: a minha política tributária a ser apresentada no parlamento será decidida e negociada aqui. Diz ainda: as obras que o meu governo realizará não serão decididas por mim, e sim por vocês. Portanto, abdica do poder de decidir e aparentemente reduz o seu poder, mas, na verdade, aumenta sua legitimação, o seu poder político e dá respeitabilidade às políticas públicas.

Isso proporciona, necessariamente, o surgimento de um outro tipo de direito público, que não é o direito público originário exclusivamente da órbita estatal. Há uma visão tradicional dos juristas, e legitimada historicamente pela Revolução Francesa, pelo Iluminismo revolucionário, de que o público é o estatal, ou seja, de que o próprio direito público, para ter capacidade e eficácia reguladoras, deve ter sua fonte normativa no Estado.

Em nossa experiência em Porto Alegre, reconhecemos o surgimento de um novo direito público de caráter não estatal, que emerge dessa esfera pública auto-regulada e que se impõe sobre as decisões do Estado, democratizando, portanto, radicalmente, a fonte dessas decisões.

As normas que regulam a escolha das obras e o relacionamento entre as regiões, as normas que fazem a pontuação que determina as escolhas de obras e as normas que regulam as plenárias populares não são de origem estatal. São normas originárias dessa esfera pública não estatal, que as publica, e essa fração do Estado que se

chama Prefeitura, por contrato político, decide que elas são aplicáveis.

No momento em que essa esfera for regulada por uma norma estatal, ela passa a ser uma extensão do Estado, passa a ser subordinada a ele e passa a ser, portanto, um Estado ampliado no que se refere às normas e não um Estado devassado e transgredido pela combinação da democracia direta com a democracia representativa, estável, previsível, incontornável, necessária e irrenunciável.

O fundamental desse processo, como disse o meu amigo Patrús, é a realização, de um lado, de uma nova relação Estado-sociedade e da inversão da concepção tradicional que vem da esquerda - estatização da sociedade - e que produz uma civilização do Estado. Esse é um controle social que não se dá de cima para baixo, mas é um controle recíproco entre esferas de poder, legitimadas por um contrato político.

É necessário, portanto, que o poder político tenha esse contrato como uma norma programática, pois, caso contrário, não vai proporcionar à cidadania tradicional que